

LAR RESIDENCIAL

DONA BÁRBARA TAVARES DA SILVA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2025



Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2025 3
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025 4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no ano 2025 5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no ano 2024 5
Demonstração de Fluxos de Caixa no ano 2025 6
ANEXO 7
1. Identificação da Entidade 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 7
3. Principais Políticas Contabilísticas 8
3.1 Políticas de reconhecimento e mensuração 9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 18
5. Ativos Fixos Tangíveis 19
6. Investimentos Financeiros 20
7. Inventários 20
8. Clientes e Utentes 21
9. Estado e outros entes públicos 21
10. Diferimentos 22
11. Outros ativos correntes 22
12. Caixa e depósitos bancários 23
13. Fundos Patrimoniais/Resultados Transitados/Ajustamento-Outras variações nos fundos patrimoniais 23
14. Provisões 24
15. Financiamentos Obtidos 24
16. Fornecedores 25
17. Outros passivos correntes 25
18. Rédito 26
19. Subsídios / Doações e legados à exploração 27
20. Fornecimentos e Serviços Externos 28
21. Gastos com o pessoal 29
22. Outros rendimentos 29
23. Outros gastos 30
24. Juros e gastos similares suportados 30
25. Passivos contingentes 30
26. Acontecimentos após a data de Balanço 31
27. Continuidade 31
28. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 33
29. Outras informações 33

Balanço em 31 de dezembro de 2025

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 514 898,82	2 558 631,19
Outros investimentos financeiros	6	19 901,23	19 901,23
		2 534 800,05	2 578 532,42
Ativo corrente			
Inventários	7	7 621,57	11 023,20
Clientes e Utentes	8	79 325,77	66 504,36
Estado e outros entes públicos	9	2 664,43	3 015,67
Diferimentos	10	4 856,81	6 896,37
Outros ativos correntes	11	75 085,90	83 924,31
Caixa e depósitos bancários	12	738 798,98	523 903,60
		908 353,46	695 267,51
Total do ativo		3 443 153,51	3 273 799,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13	58 159,79	58 159,79
Resultados transitados	13	(489 347,25)	(690 344,19)
Ajustamentos / Outras variações no fundos patrimoniais	13	1 665 162,81	1 724 609,45
Resultado líquido do período	DR	233 475,43	200 996,94
Total dos fundos patrimoniais		1 467 450,78	1 293 421,99
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	3 525,00	3 525,00
Estado e outros entes públicos	9	30 500,68	38 000,91
Financiamentos obtidos	15	928 103,27	1 028 824,57
Outros passivos não correntes	17	81 924,10	94 691,55
		1 044 053,05	1 165 042,03
Passivo corrente			
Fornecedores	16	200 192,54	125 990,67
Estado e outros entes públicos	9	67 180,62	62 417,05
Financiamentos obtidos	15	91 220,17	151 781,39
Outros passivos correntes	17	573 056,35	475 146,80
		931 649,68	815 335,91
Total do passivo		1 975 702,73	1 980 377,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 443 153,51	3 273 799,93

Os Membros da Direção:

(Domingos Manuel Bicho Torrão - Presidente)

(Manuel Antunes Neto - Vogal)

(José Aníbal Geraldes Lopes Birra - Vice-Presidente)

(Joaquim Manuel Carrilho Capelo - Secretário)

(Luís Manuel Faria Teodósio Figueira - Tesoureiro)

O Contabilista Certificado:

(António Carlos Raimundo Duarte – C.C. nº 27.718)

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025

Valores em Euros

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Anos 2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	3 432 531,38	3 087 692,50
Subsídios, doações e legados à exploração	19	28 303,21	23 629,91
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(288 882,24)	(306 390,03)
Fornecimentos e serviços externos	20	(772 356,85)	(635 664,99)
Gastos com pessoal	21	(2 125 837,96)	(1 886 599,94)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(1 502,95)	-
Outros rendimentos	22	131 748,93	119 267,17
Outros gastos	23	(1 800,40)	(2 231,55)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**402 203,12**	**399 703,07**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(101 586,91)	(111 998,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**300 616,21**	**287 704,61**
Juros e gastos similares suportados	24	(67 140,78)	(86 707,67)
Resultado antes de impostos		**233 475,43**	**200 996,94**
Resultado líquido do período		**233 475,43**	**200 996,94**

Os Membros da Direção:

(Domingos Manuel Bicho Torrão - Presidente)

(José Aníbal Geraldes Lopes Birra - Vice-Presidente)

(Joaquim Manuel Carrilho Capelo - Secretário)

(Luís Manuel Faria Teodósio Figueira - Tesoureiro)

(Manuel Antunes Neto - Vogal)

O Contabilista Certificado:

(António Carlos Raimundo Duarte – C.C. nº 27.718)

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no ano 2025

Valores em Euros

Descrição	Fundos Patrimoniais - 2025				
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	58 159,79	(690 344,19)	1 724 609,45	200 996,94	1 293 421,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Aplicação de Resultados	-	200 996,94	-	(200 996,94)	-
Imputação dos subsídios ao investimento	-	-	(59 446,64)	-	(59 446,64)
Doação terrenos			-		-
	-	200 996,94	(59 446,64)	(200 996,94)	(59 446,64)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				233 475,43	233 475,43
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	58 159,79	(489 347,25)	1 665 162,81	233 475,43	1 467 450,78

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no ano 2024

Valores em Euros

Descrição	Fundos Patrimoniais - 2024				
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	58 159,79	(825 664,36)	1 777 000,49	135 320,17	1 144 816,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Aplicação de Resultados	-	135 320,17	-	(135 320,17)	-
Recebimento de subsídios ao investimento	-	-		-	-
Imputação dos subsídios ao investimento	-	-	(52 391,04)	-	(52 391,04)
Doação terrenos			-		-
	-	135 320,17	(52 391,04)	(135 320,17)	(52 391,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				200 996,94	200 996,94
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	58 159,79	(690 344,19)	1 724 609,45	200 996,94	1 293 421,99

Os Membros da Direção:

(Domingos Manuel Bicho Torrão - Presidente)

(José Aníbal Geraldes Lopes Birra - Vice-Presidente)

(Joaquim Manuel Carrilho Capelo - Secretário)

(Luís Manuel Faria Teodósio Figueira - Tesoureiro)

(Manuel Antunes Neto - Vogal)

O Contabilista Certificado:

(António Carlos Raimundo Duarte – C.C. nº 27.718)

Demonstração de Fluxos de Caixa no ano 2025

Valores em Euros

RUBRICAS		Anos 2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes/utentes		3 418 207,02	3 087 895,78
Pagamentos a fornecedores		(1 001 835,59)	(990 476,87)
Pagamentos ao pessoal		(1 860 901,80)	(1 620 034,26)
Caixa gerada pelas operações		555 469,63	477 384,65
Outros recebimentos/pagamentos		(67 644,78)	(120 631,76)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	**487 824,85**	**356 752,89**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(44 506,17)	(55 644,65)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos correntes		-	
		(44 506,17)	(55 644,65)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	**(44 506,17)**	**(55 644,65)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(161 282,52)	(79 353,37)
Juros e gastos similares		(67 140,78)	(86 707,67)
		(228 423,30)	(166 061,04)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	**(228 423,30)**	**(166 061,04)**
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	**214 895,38**	**135 047,20**
Caixa e seus equivalentes no início do período		523 903,60	388 856,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**738 798,98**	**523 903,60**

Os Membros da Direção:

(Domingos Manuel Bicho Torrão - Presidente)

(Luís Manuel Faria Teodósio Figueira - Tesoureiro)

(José Aníbal Geraldes Lopes Birra - Vice-Presidente)

(Manuel Antunes Neto - Vogal)

(Joaquim Manuel Carrilho Capelo - Secretário)

O Contabilista Certificado:

(António Carlos Raimundo Duarte – C.C. nº 27.718)

ANEXO

1. Identificação da Entidade

O "LAR RESIDENCIAL DONA BÁRBARA TAVARES DA SILVA" (*referido neste documento como "Entidade"*) é uma Instituição sem fins lucrativos com sede na Av. das Tílias, em Penamacor, que resultou da aplicação da herança da benemérita D. Bárbara Tavares da Silva.

A Entidade presta serviços aos utentes ao nível de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e em valências de internamento. Em dezembro de 2013 entrou em funcionamento a Unidade de Cuidados Continuados.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) - Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 - B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 - A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) - Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) - Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o ano abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
b) Normas Internacionais de Contabilidade, anotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC - IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes nas NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos anos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior bem como das quantias relativas ao ano anterior que tenham sido ajustadas.

Ver nota 4, abaixo.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Políticas de reconhecimento e mensuração

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no ano em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil em anos	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	30 - 50	3,33% - 2%
Equipamento básico	8	16,66%
Equipamento de transporte	4	20%
Equipamento administrativo	8	16,66%
Outros Ativos fixos tangíveis	4	25%

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

As propriedades de investimento nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis **(nota 5)**.

3.1.2 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

A partir de 31-12-2021, esta rubrica passou a incluir "Fundos de Compensação de Trabalho" decorrente de imperativos legais desde 01-10-2013.

3.1.3 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

3.1.4 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é custo médio ponderado.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos anos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

3.1.5 Cliente e Utentes

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzida no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como "Ativo Corrente", no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Corrente.

3.1.6 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco

anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.7 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no ano a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.1.8 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.1.9 Imparidades de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos "Inventários", dos "Ativos financeiros" que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e "Ativos biológicos" relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta

entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos anos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em anos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em anos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.1.10 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.11. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

1.1.12. Passivos não correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão. Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

1.1.13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com

suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem a possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas a sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.14. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substancia superior a 1, 2.... anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

3.1.15. Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.1.16. Prestação de serviços e juros

O rédito relativo a prestações de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes

contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

O reconhecimento de verbas provenientes de acordos de cooperação entre o estado e setor lucrativo, em cumprimento da informação emanada da Comissão de Normalização Contabilística data de 24 de novembro de 2023, esclareceu que: (i) Quando o pagamento da comparticipação tiver dependente da frequência dos utentes, está-se perante uma aprestação de serviço, e (ii) quando o pagamento da comparticipação ocorrente indecentemente da frequência dos utentes, são atribuídas tendo em vista suportar os custo de funcionamentos, se perante a atribuição de um subsídio à exploração.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal.

3.1.17. Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio ano, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do ano, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num ano posterior, onde serão rendimentos desse ano.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os anos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

3.1.18. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do ano.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no ano em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2024 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2025, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2024.

3.1.19. Rendimentos Financeiros

Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

3.1.20. Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade).

3.1.21. Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a Norma contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF – ESNL), os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuadamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expetativas relacionadas a eventos futuros considerados

prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;
- Perdas por imparidade dos ativos (utentes / clientes);
- Provisões para riscos e encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em anos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.1.22. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do ano. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Atendendo à atividade desenvolvida pela Entidade, a sua viabilidade económica e financeira estará sempre dependente dos acordos / protocolos já celebrados / a celebrar com a Segurança Social e outras Instituições Públicas, bem como da atualização dos montantes subsidiados para fazer face ao aumento generalizado do custo de vida, decorrente da inflação da continuação do conflito provocado pela invasão militar da Ucrânia pela Rússia e do conflito em Israel.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da alteração voluntária em políticas contabilísticas que de um modo geral afetem as Demonstrações Financeiras, a sua posição financeira e o desempenho da entidade, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), conforme referido na **nota 2.1.**

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos anos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2025

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01-01-2025	**202 410,69**	**3 586 016,30**	**903 996,41**	**134 037,71**	**149 107,15**	**171 176,67**	**5 146 744,93**
Adições	-	32 224,90	22 206,28	-	2 333,12	1 090,24	57 854,54
Saldo em 31-12-2025	**202 410,69**	**3 618 241,20**	**926 202,69**	**134 037,71**	**151 440,27**	**172 266,91**	**5 204 599,47**
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01-01-2025	-	**1 427 969,79**	**839 649,08**	**128 143,89**	**145 915,31**	**46 435,67**	**2 588 113,74**
Adições	-	63 336,84	20 592,14	-	4 231,26	13 426,67	101 586,91
Saldo em 31-12-2025	-	**1 491 306,63**	**860 241,22**	**128 143,89**	**150 146,57**	**59 862,34**	**2 689 700,65**
Quantia escriturada	**202 410,69**	**2 126 934,57**	**65 961,47**	**5 893,82**	**1 293,70**	**112 404,57**	**2 514 898,82**

2024

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01-01-2024	**202 410,69**	**3 586 016,30**	**872 574,47**	**134 037,71**	**145 099,49**	**43 502,67**	**4 983 641,33**
Adições	-	-	31 421,94	-	4 007,66	127 674,00	163 103,60
Saldo em 31-12-2024	**202 410,69**	**3 586 016,30**	**903 996,41**	**134 037,71**	**149 107,15**	**171 176,67**	**5 146 744,93**
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01-01-2024	-	**1 365 796,92**	**818 803,64**	**115 784,17**	**142 448,98**	**33 281,57**	**2 476 115,28**
Adições	-	62 172,87	20 845,44	12 359,72	3 466,33	13 154,10	111 998,46
Saldo em 31-12-2024	-	**1 427 969,79**	**839 649,08**	**128 143,89**	**145 915,31**	**46 435,67**	**2 588 113,74**
Quantia escriturada	**202 410,69**	**2 158 046,51**	**64 347,33**	**5 893,82**	**3 191,84**	**124 741,00**	**2 558 631,19**

Durante o ano de 2025, foram realizadas as seguintes aquisições:

- **Edifícios e outras Construções** – Obras de remodelação no Lar Dona Bárbara, com a reparação de 6 casa de banho e reparação de telhado, no montante de 22.876,90 euros, e reparação do telhado na Quinta do Incenso no montante de 9.348,00 euros;
- **Equipamento básico** – Camas e os respetivos materiais associados (*estrados, colchões, cabeceiras, entre outros*), cadeiras de rodas, máquina de lavar roupa, no montante global de 22.206,28 euros;
- **Equipamento administrativo** – Aquisição de uma impressora e Computador, que totalizaram 2.333,12 euros; e,
- **Outros Ativos Fixos Tangíveis** – Aquisição de equipamento agrícola para a quinta do Incenso, no montante total de 1.090.24 euros.

No ano de 2025, não ocorreram quaisquer alienações e / ou desreconhecimentos de Ativos Fixos Tangíveis.

Restrições / ónus existentes sobre os ativos:

A Instituição deu de garantia imóveis através de hipoteca até ao montante de 857.376 Euros, relacionados com a obtenção dos financiamentos destinados à construção da Unidade de Cuidados Continuados, contraídos junto da "Caixa Geral de Depósitos" e "Caixa Crédito Agrícola Mútuo" – Ver **nota 15**, abaixo.

6. Investimentos Financeiros

Nos anos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo em 01-01-2025	Saldo em 31-12-2025
Valorização pelo modelo do custo:		
Títulos CCAM	1 505,00	1 505,00
Ações Garval	1 600,00	1 600,00
Valorização pelo modelo do justo valor		
Fundo de Compensação do Trabalho	16 796,23	16 796,23
Total	19 901,23	19 901,23

Esta rubrica contém as contribuições para o fundo de compensação de trabalho, para os contratos de trabalho celebrados após 01-10-2013. Não ocorreram variações devido à cessação do fundo de compensação em 2023, de acordo com o DL 115/2023.

As ações da Garval, assim como os títulos da CCAM encontram-se reconhecidos pelo seu preço de aquisição / valor nominal, estando associadas à contratação do financiamento bancário junto da instituição de crédito Caixa Geral de Depósitos e abertura de conta / associação - ver **nota 15**, abaixo. As ações da Garval serão reembolsadas, pelo seu valor nominal, após o reembolso do financiamento contraído da conta bancária junto do CCAM.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas de inventários	31-12-2025	31-12-2024
Matérias primas	7 621,57	11 023,20
Total	7 621,57	11 023,20

Esta rubrica é composta, principalmente, por bens alimentares, material clínico e artigos de higiene.

Os movimentos ocorridos, nos anos de 2025 e 2024, encontram-se abaixo discriminados:

	2025	2024
Descrição	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	11 023,20	7 599,38
Compras	285 480,61	309 813,85
Inventário final	7 621,57	11 023,20
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	288 882,24	306 390,03

8. Clientes e Utentes

Para os anos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes e Utentes	Datas		Variações
	31-12-2025	31-12-2024	2025/2024
Clientes e utentes c/c	79 325,77	66 504,36	12 821,41
Utentes de cobrança duvidosa	75 623,72	74 090,77	1 532,95
Total de clientes	154 949,49	140 595,13	14 354,36
Perdas por imparidade acumuladas	(75 623,72)	(74 090,77)	(1 532,95)
Total líquido de clientes	79 325,77	66 504,36	12 821,41

No ano de 2025 verifica-se um aumento em, cerca de, 12.821 euros, justificado pelo aumento do valor faturado à ARS-CACSS na fatura do mês de dezembro de 2025, comparativamente com o ano anterior.

No ano de 2025 a entidade registou perdas por imparidade relacionadas com utentes que apresentem indícios / dificuldades de cobrança / pagamento à instituição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Saldo a 1 de janeiro	74 090,77	74 090,77
Aumentos	1 874,37	-
Reversões	(371,42)	-
DR - Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 502,95	-
Saldo a 31 de dezembro	75 593,72	74 090,77

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2025			31-12-2024			Variações
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total	2025/2024
Ativo:							
IVA - Reembolsos Pedidos	-	2 664,43	2 664,43	-	3 015,67	3 015,67	(351,24)
Total ativo	-	2 664,43	2 664,43	-	3 015,67	3 015,67	(351,24)
Passivo:							
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	15 455,60	15 455,60	-	11 381,10	11 381,10	4 074,50
Contribuições para a segurança social	-	44 667,43	44 667,43	-	44 317,61	44 317,61	349,82
Acordo Segurança Social (1530/2018)	30 500,68	7 047,66	37 548,34	38 000,91	6 483,60	44 484,51	564,06
Outros	-	9,93	9,93	-	234,74	234,74	(224,81)
Total do passivo	30 500,68	67 180,62	97 681,30	38 000,91	62 417,05	100 417,96	4 763,57

No Ativo:

a) "**IVA – Reembolsos pedidos**", apresenta 50% do montante de Iva contido nas faturas de aquisição de géneros alimentares e Ativos fixos tangíveis, aguardando-se o seu reembolso.

No passivo:

a) O montante "**Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**", das "**Contribuições para a Segurança Social**" correspondem às retenções na fonte e às contribuições para a Segurança Social, do mês de dezembro de 2025, pagas em janeiro de 2026; e,

b) À data de reporte das presentes demonstrações financeiras mantinha-se vigente o acordo de pagamento prestacional N.º 1530/2018 celebrado com a Segurança Social, com 150 prestações, relativo à falta de pagamento das contribuições dos meses de maio e junho de 2018, cujos prestações estão a ser pagas dentro dos prazos previamente estabelecidos.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	Datas 31-12-2025	31-12-2024	Variações 2025/2024
Gastos a reconhecer			
Seguros	4 856,81	6 896,37	(2 039,56)
Total do Ativo	4 856,81	6 896,37	(2 039,56)

Os gastos a reconhecer com "Seguros", deve-se à aplicação do regime do acréscimo / periodização económica aplicada aos prémios de seguros pagos em 2025, cujo período de vigência do contrato vigorará em 2026.

11. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha o seguinte detalhe:

Outros ativos correntes	31-12-2025 Total	31-12-2024 Total	Variações 2025/2024
Devedores por acréscimo de rendimentos	70 774,67	77 733,01	(6 958,34)
Belorizonte/Xara-Assoc.Meimão	27 242,81	27 242,81	-
Outros Devedores	2 766,81	4 387,60	(1 620,79)
EDP	1 204,74	1 204,74	-
Saldos devedores de fornecedores	305,74	648,96	(343,22)
IEFP	33,94	-	33,94
Imparidades acumuladas	(27 242,81)	(27 292,81)	50,00
Total	75 085,90	83 924,31	(8 838,41)

O valor apresentado na rubrica "**Devedores por acréscimo de rendimentos**" resulta da aplicação do regime de acréscimo / periodização económica à faturação emitida no mês de janeiro de 2026, referente a serviços prestados / comparticipações da Unidade de Cuidados Continuados, no mês de dezembro de 2025, e da estimativa do rappel do consumo de gás. No período anterior, incluía os recálculos das comparticipações da Segurança Social para o ano de 2024, recebidos em janeiro de 2025.

Para o valor de 27.243 euros, relativo às entidades "Belorizonte" e "Xara-Assoc.Meimão", em anos anteriores, já foi reconhecida a perda por imparidade na sua totalidade.

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta-se assim discriminada:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2025	31-12-2024	Variações 2025/2024
Caixa	379,53	330,82	48,71
Depósitos à ordem	738 419,45	523 572,78	214 846,67
Total de caixa e depósitos bancários	738 798,98	523 903,60	644 588,72

Não existe qualquer restrição quanto à movimentação dos montantes indicados na rubrica.

13. Fundos Patrimoniais/Resultados Transitados/Ajustamento-Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" incluem as seguintes situações:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes; e,
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a normal legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Movimentos ocorridos nos Fundos Patrimoniais:

Descrição	31-12-2024	Diminuição	31-12-2025
Fundos	58 159,79	-	58 159,79
Resultados transitados	(690 344,19)	-	(489 347,25)
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	1 724 609,45	(59 446,64)	1 665 162,81
Resultado Líquido do Período	200 996,94	(200 996,94)	215 275,43
Saldo em 31 de dezembro	1 293 421,99	(260 443,58)	1 449 250,78

Na rubrica "Resultados Transitados" ocorreram as seguintes variações:

Resultados transitados	2025	2024
Saldo em 1 de janeiro	(690 344,19)	(825 664,36)
Aplicação do resultado líquido do ano anterior	200 996,94	135 320,17
Saldo em 31 de dezembro	(489 347,25)	(690 344,19)

Com base na ata da Assembleia Geral, realizada em 12 de março de 2025, foi aprovado o Relatório e Contas referente ao ano de 2024, e o resultado líquido apurado, no montante de 200.996,94 euros, transferido para a rubrica "Resultados transitados".

As "Outras variações nos fundos patrimoniais" têm o seguinte detalhe:

Outras variações nos fundos patrimoniais	2025	2024
Saldo em 1 de janeiro	1 724 609,45	1 777 000,49
Diminuições do período		
Imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do período	59 446,64	52 391,04
Total das diminuições do período	59 446,64	52 391,04
Saldo em 31 de dezembro	1 665 162,81	1 724 609,45

A variação (diminuição do período) decorre da imputação dos subsídios ao investimento a rendimento do ano, utilizado como estimador as taxas de depreciação / amortização praticadas nos bens subsidiados, no montante de 59.446,64 euros. Adicionalmente, a rubrica inclui o montante de 764.066,69 euros, relativo a doações de imóveis ocorridas em períodos anteriores.

O detalhe dos movimentos ocorridos em "*imputação de subsídios ao investimento a rendimento do período*", no ano de 2025, encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Descrição	31-12-2024	Diminuição	31-12-2025
Subsídios do Governo			
Lar - MASE	8 308,90	(2 224,59)	6 084,31
CD Aguas	11 754,52	(1 292,12)	10 462,40
CD Vale	8 200,20	(339,18)	7 861,02
CD Pedrogao	15 540,21	(11 717,67)	3 822,54
UCC - Admint. Regional Saude	529 652,15	(25 000,00)	504 652,15
UCC - CMP	380 742,82	(17 908,33)	362 834,49
Fundação " La Caixa"	6 343,96	(964,75)	5 379,21
	960 542,76	(59 446,64)	901 096,12
Doações			
Doacoes	690 100,00		690 100,00
Doaçoes 1	73 966,69		73 966,69
	764 066,69	-	764 066,69
Saldo em 31 de dezembro	1 724 609,45	(59 446,64)	1 665 162,81

14. Provisões

A rubrica de "Provisões", a 31 de dezembro de 2025, apresenta-se assim discriminada:

Provisões	Saldo inicial a 01-01-2025	Aumentos	Utilização	Saldo final a 31-12-2025
Impostos	3 525,00	-	-	3 525,00
Total	3 525,00	-	-	3 525,00

A provisão constituída para "Impostos" está relacionada com as prováveis coimas, provenientes da apresentação das folhas de remuneração na Segurança Social fora do prazo legalmente previsto.

15. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RUBRICAS	31-12-2025			31-12-2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	928 103,27	91 220,17	1 019 323,44	1 028 824,57	76 781,39	1 105 605,96
Contas caucionadas	-	-	-	-	75 000,00	75 000,00
Totais	928 103,27	91 220,17	1 019 323,44	1 028 824,57	151 781,39	1 180 605,96

A variação na rubrica decorre da amortização dos financiamentos bancários existentes, nos montantes e prazos fixados contratualmente.

Esta rubrica inclui os seguintes financiamentos e garantias associadas (ver **nota 5,** acima):

Financiamentos	Saldo em 31-12-2025	Garantias associadas	Valor Bruto do Ativo
CA - PC CAR CAP - 56051907736	591 279,30	Hipoteca Art. 2262 - Edifício Sede	
CA - Emp. P. Const. - 56061863831	428 044,14	Hipoteca Art. 2262 - Edifício Sede	690 100,00

A instituição suporta uma taxa de juro média sobre os financiamentos obtidos, entre os 3% e os 6%, ver **nota 24,** abaixo.

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024	Variações 2025/2024
Fornecedores c/c	200 192,54	125 990,67	74 201,87
Totais	200 192,54	125 990,67	74 201,87

A variação da rubrica de "Fornecedores" deveu-se, essencialmente, ao aumento do prazo médio de pagamentos, de 49 dias, para 68 dias, em 2025.

17. Outros passivos correntes

O saldo da rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminado da seguinte forma:

RUBRICAS	Datas						Variações 2025/2024
	31-12-2025 Não corrente	31-12-2024 Corrente	Total	31-12-2024 Não corrente	31-12-2023 Corrente	Total	
Credores por acréscimo de gastos	-	373 245,94	373 245,94	-	293 068,28	293 068,28	80 177,66
Consumos por conta dos utentes	-	55 273,48	55 273,48	-	64 268,08	64 268,08	(8 994,60)
Sad Vale Sra. Póvoa (ISS)	-	27 907,16	27 907,16	-	27 907,16	27 907,16	-
Fornecedores de investimento	81 924,10	89 767,46	171 691,56	94 691,55	63 651,64	158 343,19	26 115,82
Subsídios		17 500,00	17 500,00		17 500,00	17 500,00	-
Pessoal Clinico	-	5 548,17	5 548,17	-	240,00	240,00	5 308,17
Saldos credores de Utentes	-	763,68	763,68	-	4 711,81	4 711,81	(3 948,13)
Outros Credores	-	3 050,46	3 050,46	-	3 799,83	3 799,83	(749,37)
Totais	81 924,10	573 056,35	654 980,45	94 691,55	475 146,80	569 838,35	97 909,55

A variação da rubrica decorre, essencialmente, das seguintes subrubricas:

- **Credores por acréscimo de gastos** – Esta rubrica respeita, principalmente, à estimativa de gastos com o pessoal relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, vencidos no exercício de 2025, cujo pagamento ocorrerá durante o ano de 2026, no montante de 358.156,44 euros (*2024: 275.291,34 euros*), o aumento da rubrica é justificado com a atualização do salário mínimo nacional e com novas entradas de funcionários, ver nota 21, abaixo;

- **Consumos por conta dos utentes** – Corresponde à dívida a fornecedores de bens e serviços (*designadamente medicamentos, consultas, serviços de táxi, ambulâncias e outros extras*) requisitados pela Entidade em nome e por conta dos utentes. A Entidade procede posteriormente à cobrança desses montantes junto dos utentes, tratando-se de um movimento de natureza meramente financeira, seguindo-se o respetivo pagamento aos fornecedores;
- **Valência "SAD Vale Sra. Póvoa"** – No ano de 2023, a Entidade recebeu do Instituto da Segurança Social o montante de 27.907,16 euros, relativo à comparticipação para esta valência. Contudo, durante esse exercício a valência não registou frequência de utentes na totalidade do ano, pelo que o montante recebido terá de ser restituído à Segurança Social;
- **Fornecedores de investimentos** – Esta rubrica inclui, principalmente, o saldo do fornecedor "EDP Comercial, S.A.", relativo a um contrato de unidade de produção para autoconsumo (*instalação de painéis fotovoltaicos*), no montante global de 127.674 euros (ver Nota 5, acima), o qual se encontra a ser liquidado através de prestações mensais no valor de 1.063,95 euros, sendo a sua apresentação no Balanço realizada de acordo, co o grau de exigibilidade no passivo não corrente de 81.924,10 euros e no passivo corrente de 12.767,40 euros;

  Inclui ainda o saldo do fornecedor "PSP-Electricidade, Lda.", no montante de 48.258 euros, relativo a serviços prestados em exercícios anteriores. Este valor encontra-se pendente de pagamento pelo facto de o fornecedor não ter cumprido com o contratualizado, nomeadamente a instalação de um posto de transformação (PT) para fornecimento de eletricidade à Unidade de Cuidados Continuados, situação que não se encontra regularizada até à presente data; e,
- **Subsídios** – Esta rubrica inclui o montante de 17.500 euros, recebido no exercício anterior para comparticipação na aquisição de uma viatura. Contudo, como o investimento não foi concretizado, e consequentemente, a Entidade terá de proceder à devolução do referido apoio.

18. Rédito

Para os anos de 2025 e 2024 foi reconhecido o seguinte Rédito:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Prestações de Serviços			
Lares	2 406 198,57	2 072 161,79	334 036,78
UCC	942 272,40	922 395,82	19 876,58
Apoio Domiciliário	50 713,02	60 363,90	(9 650,88)
Centros de Dia	32 427,39	31 714,99	712,40
Quotizações	920,00	1 056,00	(136,00)
Volume de negócios	3 432 531,38	3 087 692,50	344 838,88

A variação da rubrica decorre, essencialmente, das seguintes situações:

- **Lares -** Esta valência registou um aumento do rédito, justificado:
  - Pela atualização das mensalidades debitadas aos utentes, em média de 5%; e,

- Pelo aumento das comparticipações atribuídas pela Segurança Social, no valor global de 196.308,12 euros.

- **Unidade de Cuidados Continuados (UCC)** - Nesta valência verificou-se igualmente uma variação positiva do rédito, associada principalmente ao aumento da taxa de ocupação, a fixar-se nos 97%, e à atualização das comparticipações atribuídas pelas entidades financiadoras, no montante aproximado de 43.200 euros (Segurança Social e ARS- CACSS);
- **Apoio Domiciliário (SAD)** - Nesta resposta social verificou-se uma redução do rédito, decorrente essencialmente, da diminuição do número de utentes abrangidos, o que originou igualmente uma redução das comparticipações atribuídas pela Segurança Social.;
- **Centro de Dia** - A rubrica registou um aumento do rédito, em resultado da atualização das comparticipações da Segurança Social, no montante de 521,35 euros; e,

No seu conjunto, estas variações contribuíram para um aumento global da rubrica "Prestação de serviços" no montante de 344.838,88 euros face ao exercício anterior.

19. Subsídios / Doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos anos de 2025 e 2024, os subsídios recebidos das seguintes entidades:

Descrição	2025	2024	Variações 2025/2024
Subsídios			
Donativos e heranças em dinheiro	13 465,46	15 484,29	(2 018,83)
IEFP- Emprego de Inserção	11 649,41	7 479,42	4 169,99
ISS, IP - Centro Distrital	3 188,34	666,20	2 522,14
Total	28 303,21	23 629,91	4 673,30

A variação da rubrica decorre, essencialmente, das seguintes subrubricas:

- **Donativos e heranças em dinheiro** - Esta rubrica registou uma diminuição de 2.018,83 euros, passando de 15.484,29 euros em 2024 para 13.465,46 euros em 2025, refletindo uma menor obtenção de donativos monetários no período;
- **IEFP – Emprego de Inserção** - Verificou-se um aumento de 4.169,99 euros, ascendendo a 11.649,41 euros em 2025 (*2024: 7.479,42 euros*), decorrente, essencialmente, do maior número de pessoas integradas em programas de emprego, duas, (Medida + Emprego Inserção) subsidiadas no período e com comparticipações superiores ao anteriores programas de apoio; e,
- **Instituto da Segurança Social, I.P. – Centro Distrital** - Esta rubrica apresentou um aumento de 2.522,14 euros, totalizando 3.188,34 euros em 2025 (*2024: 666,20 euros*), associado ao reforço das comparticipações atribuídas pela Segurança Social, no âmbito do programa "Apoio Alimentar".

No seu conjunto, os subsídios à exploração registaram um aumento global de 4.653,30 euros, passando de 23.629,91 euros em 2024 para 28.283,21 euros em 2025.

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Honorários	203 437,50	202 987,50	450,00
Outros energia e fluídos	102 489,45	92 093,48	10 395,97
Conservação e reparação	106 840,05	39 928,48	66 911,57
Outros serviços	68 680,62	50 377,57	18 303,05
Limpeza, higiene e conforto	67 818,56	66 031,41	1 787,15
Trabalhos especializados	57 168,80	56 975,04	193,76
Eletricidade	51 015,96	38 850,99	12 164,97
Água	32 240,01	18 584,29	13 655,72
Combustíveis	20 021,04	19 331,61	689,43
Outros	62 644,86	50 504,62	12 140,24
Total	772 356,85	573 664,99	198 691,86

As variações mais significativas ocorreram, essencialmente, nas seguintes sub-rubricas:

a) **"Honorários"**, não ocorreu grande alteração face ao período anterior, a rubrica inclui, essencialmente, os honorários dos enfermeiros afetos à valência da UCC;

b) **"Outros energia e fluidos"**, regista um aumento de, aproximadamente, 10.395,97 euros face ao período homólogo, pelo facto do aumento do consumo de Gás, especialmente, nos últimos mês do ano de 2025 no aquecimento das instalações;

c) **"Conservação e reparação"**, o incremento da rubrica é justificado com a execução de diversas reparações, nomeadamente, na cozinha, trabalhos de manutenção e limpeza dos painéis fotovoltaicos, manutenção da caldeira, sistema de AVAC e nas reparações de viaturas;

d) "**Outros serviços**", observa-se um incremento em cerca de, 18.303 euros, face ao período anterior, justificado pelo aumento dos gastos com os utentes (*2025: 53.546,65 euros; 2024: 37.688,95 euros*);

e) **"Limpeza, higiene e conforto"** – a variação na rubrica deve-se ao aumento das aquisições de produtos de limpeza;

f) **"Trabalhos especializados"** – rubrica sem grande variação face ao período homólogo, a qual regista as avenças dos advogados, da sociedade de Revisores Oficias de Contas e da contabilidade;

g) **"Eletricidade"** – a variação reflete o aumento do consumo, bem como do aumento do preço do kwh; e,

h) **"Água"** – O Aumento do consumo a água está relacionada com o consumo efetuado nas valências localizadas na Qta. Sra. Do Incenso, pelo facto de o Município de Penamacor ter cessado o benefício que vinha sendo atribuído à instituição.

21. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Remunerações do pessoal	1 683 056,02	1 502 605,80	180 450,22
Encargos sobre remunerações	365 927,20	331 091,79	34 835,41
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	17 075,98	12 733,62	4 342,36
Outros gastos com o pessoal	59 778,76	40 168,73	19 610,03
Total	2 125 837,96	1 886 599,94	239 238,02
Nº médio de colaboradores	119	117	2
Gasto médio por colaborador	17 864,18	16 124,79	1 739,40

A variação da rubrica "Gastos com o pessoal", no montante de 244.572,04 euros, justifica-se essencialmente pelos seguintes fatores:

- a) Atualizações salariais ocorridas no exercício, incluindo o aumento do salário mínimo nacional, com impacto igualmente nos respetivos encargos sociais sobre as remunerações;
- b) Reconhecimento da estimativa do gasto com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, vencidos no período e a pagar em 2026, refletindo já as atualizações salariais previstas; e,
- c) Aumento do número médio de colaboradores ao serviço, registando-se dois trabalhadores face ao período anterior.

22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Rendimentos suplementares	55 234,01	58 302,57	(3 068,56)
Imputação de subsídio ao investimento	59 446,64	52 391,04	7 055,60
Correções relativas a exercícios antriores	15 529,58	8 511,60	7 017,98
Ganhos em inventários	523,40	-	523,40
Outros	1 015,30	61,96	953,34
Total	131 748,93	119 267,17	12 481,76

Os "Rendimentos Suplementares" referem-se, principalmente, à recuperação de gastos através da refaturação de consumíveis / serviços adquiridos (*medicamentos, fraldas, consultas, análises*) fornecidos aos utentes, adquiridos em nome da Entidade, no valor de 52.078,34 euros (*2024: 51.991,23 euros*).

A rubrica inclui a imputação dos subsídios ao investimento no montante de 59.446,64 euros (*2024: 52.391,04 euros*), conforme referido na **nota 13**, acima.

23. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Impostos	1 342,74	998,69	344,05
Correcções relativas a períodos anteriores	407,66	628,44	(220,78)
Dívidas incobráveis	50,00	600,00	(550,00)
Outros	-	4,42	(4,42)
Total	1 800,40	2 231,55	(431,15)

Com exceção da rubrica "Impostos" que inclui o pagamento do IMI, que regista um aumento de 344,05 euros, as restantes registam uma redução face ao período homólogo, com uma variação global de 554,21 euros.

24. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e rendimentos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Juros de financiamentos obtidos	65 437,90	83 588,01	(18 150,11)
Outros juros	1 673,36	3 119,66	(1 446,30)
Outros gastos de financiamento	29,52	-	29,52
Total	67 140,78	86 707,67	(19 566,89)

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os juros relativos aos financiamentos contraídos junto de instituições bancárias (ver **nota 15**, acima).

A redução dos encargos com juros verificada no exercício resulta, por um lado, da descida das taxas de juro ao longo do ano, atendendo a que os financiamentos em vigor se encontram contratados a taxa de juro variável, e, por outro lado, da amortização total da conta caucionada ocorrida em setembro, o que contribuiu para a diminuição dos encargos financeiros suportados pela Entidade.

25. Passivos contingentes

Processo n.º 201800061020 / Processo 20180006054

Estes processos, instaurados pelo Instituto da Segurança Social, IP, encontra-se a aguardar decisão após a contestação efetuada pelo Lar contra a aplicação de contra-ordenação, nos montantes de: 5.025,00 Euros e 2.525,00 Euros, respetivamente, por se considerar que não assistia razão ao ISS, IP.

Neste processo estão em causa as seguintes questões:

- Os contratos de prestações de serviços celebrados com os utentes devem conter, integrados nas suas cláusulas, os direitos e deveres daqueles;
- A Instituição não respeita o rácio n.º utentes / n.º funcionários.

Quanto à primeira questão é procedimento do Lar a entrega do regulamento interno da Instituição, referindo-se numa cláusula do contrato a remissão para aquele documento interno

À data da fiscalização os rácios mínimos de pessoal (enfermagem e auxiliares) estavam a ser cumpridos atendendo ao n.º de utentes da Instituição.

Da decisão que vier a ser proferida pelo órgão administrativo cabe ainda Impugnação Judicial a ser apresentada no Tribunal competente bem como recurso da eventual sentença que venha a ser proferida.

Processo n.º 529/25.8T8CTB

Ação de processo comum intentada pela TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda. contra o Lar Residencial Dona Bárbara Tavares da Silva, decorrente de alegado incumprimento do contrato de prestação de serviços dos elevadores da Instituição, no montante de 10.031,06 euros.

O processo aguarda julgamento, e tendo em consideração a prova já produzida para julgamento, é opinião do consultor jurídico que existe uma possibilidade remota da entidade ser condenada.

26. Acontecimentos após a data de Balanço

26.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Direção da Entidade no dia 26 de março de 2026. No entanto os membros da direção poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

26.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

27. Continuidade

No âmbito da avaliação do pressuposto da continuidade e da análise dos riscos de mercado, importa referir que os exercícios de 2025 e 2026 têm sido marcados por um aumento significativo das tensões geopolíticas e da incerteza económica internacional.

A persistência de conflitos armados em diferentes regiões, designadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como o agravamento das tensões geopolíticas entre diversas potências económicas, tem contribuído para um ambiente de elevada volatilidade económica e financeira a nível global.

Adicionalmente, registam-se fatores de incerteza associados à evolução das políticas comerciais internacionais, ao reforço de medidas de natureza protecionista e às preocupações relativas aos níveis de endividamento soberano em algumas economias relevantes.

Este contexto poderá traduzir-se, entre outros aspetos, em:

- **Perturbações nas cadeias de abastecimento**, com potenciais constrangimentos no fornecimento e/ou aumento dos custos logísticos e das matérias-primas;
- **Volatilidade nos mercados financeiros**, designadamente ao nível das taxas de juro, taxas de câmbio e condições de financiamento;
- **Impactos na procura**, resultantes de eventuais quebras na confiança dos agentes económicos e consequente retração do consumo e do investimento.

À data de aprovação das demonstrações financeiras não é possível quantificar com precisão os potenciais efeitos destas circunstâncias na atividade da Entidade. Contudo, a Direção monitoriza permanentemente a evolução do contexto económico e geopolítico, avaliando os potenciais impactos na sua atividade e adotando, quando necessário, medidas de mitigação adequadas.

A direção não dispõe de informação que lhe permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias valências em que o Lar Residencial Dona Bárbara Tavares da Silva se insere, para além de que a Entidade adotará todas as medidas preventivas na gestão dos recursos financeiros e humanos, para maximizar os impactos.

Apesar do passivo corrente ser superior ao ativo corrente, existem dívidas vencidas a fornecedores e fornecedores de investimento, a existência de um plano de pagamento em prestações das contribuições a Segurança Social, que está a ser cumprido, à semelhança do existente no ano de 2025, e é firme convicção do Membros da Direção de que a Instituição irá honrar e solver os compromissos atuais e futuros.

Os compromissos correntes assumidos serão liquidados no decurso do ano 2026, com recursos financeiros gerados no exercício da atividade operacional, à semelhança do ocorrido em períodos anteriores, os quais serão complementados com recurso à obtenção de financiamentos externos, se necessário, e recursos financeiros que transitaram do ano anterior.

Pese embora a instituição tenha a devida autorização para 16 camas, a título privado (sem comparticipação) na Unidade de Cuidados Continuados, todas ocupadas, o que permitiu o incremento

de rendimentos em cerca de, 250.000 euros, contribuindo positivamente para o reforço da Tesouraria da Entidade, reduzindo o risco de liquidez e solver os compromissos assumidos.

A instituição deverá no corrente ano de 2026 desenvolver todos os esforços no sentido destas 16 camas, serem incluídas no protocolo existente com o ARSCentro, com o objetivo de virem a ser comparticipadas.

A Direção, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Instituição, entende que a Instituição tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à posição financeira robusta e equilibrada que tem, aos desempenhos financeiros e económicos alcançados nos últimos anos, secundados pela obtenção dos recursos financeiros para o normal desenvolvimento da atividade nos próximos 12 meses.

28. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

a) A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

b) Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110 / 2009 de 16 setembro com redação dada pela lei n.º 119/2009 de 30 dezembro), a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados. No entanto, existe um plano de pagamento, em prestações, relativo às contribuições para a Segurança Social, descrito na **nota 9**, acima, o qual se encontra a ser cumprido.

c) As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Instituição em continuidade.

d) Todas as transações que envolvem a Instituição, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei 25/2008 de 5 de junho (*assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma*), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

29. Outras informações

À data de 31 de dezembro de 2025, com exceção dos factos referido nas **notas 5, 14** e **25**, acima a Direção e o Contabilista Certificado confirmam que:

- Não existem ativos com restrições, nem existem quaisquer responsabilidades como garantias e penhores a favor de terceiros para além das divulgadas;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Instituição, para além dos divulgados, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a

Instituição, no âmbito da NCRF-ESNL seja obrigado a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades das suas demonstrações financeiras.

Penamacor, 26 de março de 2026

Os Membros da Direção:

(Domingos Manuel Bicho Torrão - Presidente)

(José Aníbal Geraldes Lopes Birra - Vice-Presidente)

(Joaquim Manuel Carrilho Capelo - Secretário)

(Luís Manuel Faria Teodósio Figueira - Tesoureiro)

(Manuel Antunes Neto - Vogal)

O Contabilista Certificado:

(António Carlos Raimundo Duarte – C.C. nº 27.718)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da LAR RESIDENCIAL DONA BÁRBARA TAVARES DA SILVA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.443.154 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.467.451 euros, incluindo um resultado líquido de 233.475 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações dos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Direção e do Órgão de Fiscalização pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

Marques Pereira, Edgar Torrão & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita O.R.O.C. n.º 357 | Registada CMVM n.º 20230026
Estrada da Portela, Quinta do Alto, MDX, 1700-351 Lisboa
+351 232 411 107 | geral@marquespereira.pt
NUIPC: 517 477 637 | Capital Social: 10.600€

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Direção;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela Direção do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

Marques Pereira, Edgar Torrão & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita O.R.O.C. n.º 357 | Registada CMVM n.º 20230026
Estrada da Portela, Quinta do Alto, MDX, 1700-351 Lisboa
+351 232 411 107 | geral@marquespereira.pt
NUIPC: 517 477 637 | Capital Social: 10.600€

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 27 de março de 2026

José Belarmino da Silva Almeida

Marques Pereira, Edgar Torrão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(n.º 357 e registada na CMVM com o n.º 20230026)
representada por:
José Belarmino da Silva Almeida
(ROC n.º 21.86 e registado na CMVM com o n.º 20250009)

Marques Pereira, Edgar Torrão & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita O.R.O.C. n.º 357 | Registada CMVM n.º 20230026
Estrada da Portela, Quinta do Alto, MDX, 1700-351 Lisboa
+351 232 411 107 | geral@marquespereira.pt
NUIPC: 517 477 637 | Capital Social: 10.600€